

Gerard GONZÁLEZ GERMAIN (coord.), *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions, 2016, 390 pp. ISBN: 978-84-490-6448-7.

As inscrições romanas despertaram muita curiosidade aos viajantes dos séculos XV e XVI, que não hesitaram em as copiar nos relatos das suas peregrinações — daí também o bem sugestivo título escolhido para este volume: «peregrinações para coligir inscrições». E, hoje, a curiosidade é do epigrafista-investigador que procura reconstituir itinerários, suprir falhas, identificar monumentos e, sobretudo, tentar documentar proveniências.

Na verdade, ao visitarem museus ou colecções particulares, os viajantes levavam

consigo blocos onde iam desenhando o que viam, não esquecendo pormenores decorativos e anotando, quase sempre, e em língua latina com frequência, as informações que lhes davam acerca da proveniência do monumento.

E aqui reside, a maior parte das vezes, o busílis: a caligrafia nem sempre é a mais escoreita e a grafia amiúde deixa transparecer o som ouvido, que, por inusitado a um ouvinte de língua estranha, nem sempre corresponderia à correcta grafia do topónimo.

Acresce que as divisões administrativas foram mudando, por toda a parte, ao longo dos séculos e também os informantes nem sempre eram gente devidamente informada acerca de concelhos e de freguesias (no caso de Portugal) e as pedras podiam ter vindo doutros lugares, há anos atrás, e eles sempre as haviam visto ali, desde o tempo de seus avós, eram «pedras do tempo dos Mouros» e de «peregrinações» de pedras com letras de um lado para o outro não tinham, de facto, ideia exacta.

Cedo, porém, os epigrafistas se aperceberam do interesse desses manuscritos, mau grado as suas falhas. É que se podiam cotejar com os monumentos existentes, a fim de se verificar o valor a atribuir ao seu testemunho e, por outro lado, davam conta de outros já desaparecidos. Criaram-se mesmo grupos de investigação sobre esse tema, hoje bastante facilitado — importa dizê-lo — pelo interesse que a Google teve em digitalizar os livros antigos, que amiúde se baseavam nesses manuscritos.

O livro que vamos analisar poderia, pois, ter também como subtítulo «Os manuscritos, fonte para o estudo dos monumentos epigráficos» e resulta de longo trabalho efectuado por diversos investigadores, no âmbito dos projectos FFI 2012-39395-C02-01 e 02, financiados pelo Ministerio de Economía y Competitividad de Espanha, que tiveram a sua vigência entre Janeiro de 2013 e Junho de 2016. O objectivo foi, como se explicita na apresentação, abordar «la relación entre la epigrafía latina antigua e tardoantigua y el impacto que supuso su descubrimiento en el Renacimiento y Tardorrenacimiento hispano de los siglos XV y XVI» (p. 9).

Vale a pena, de facto, ler a apresentação — como sempre, aliás, devia ser norma... — porque, assinada pelos dois coordenadores do volume, ali expressam em síntese com muita clareza os objectivos em vista e os resultados obtidos. Esclarece-se, por exemplo, por que se deu especial atenção à província

romana da Bética, mormente na sua zona de contacto com a Lusitânia: é que, não obstante a abundância de epígrafes que nos legou até ao presente, «el porcentaje de inscripciones conservadas en esta provincia romana [a Bética] es muy inferior al de las perdidas», acrescentando-se que, «aún para las conservadas, muchas veces los datos del hallazgo no han sido tenidos en cuenta en las ediciones al uso» (p. 10).

Teve-se acesso a dois exemplares de um dos mais singulares títulos da história da Epigrafia: os *Epigrammata Antiquae Urbis*, da autoria de Jacobus Mazochius (Roma, 1521), «livro de cabeceira e consulta de muitos dos humanistas de meados do século XVI» (p. 15), que foram, por isso, minuciosamente escalpelizados. E o primeiro estudo, de Joan Carbonell Manils (pp. 13-72), constitui doravante imprescindível vade-mécum, mercê da cuidadosa análise que Joan fez, com a finalidade de nos fornecer um longo e utilíssimo *index inscriptionum*, em tabelas onde se põem em paralelo os fólhos de Mazochi com as inscrições constantes do *Corpus Inscriptionum Latinarum* e, ainda, as anotações feitas por Metellus, ou seja, Jean Matal (ms. Vat. Lat. 8495). Quis o autor «facilitar una forma común de citar las inscripciones»; conseguiu-o e estamos-lhe gratos.

Encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal uma obra que reúne três outras da 2ª década do século XVI, entre as quais a cópia da referida *Epigrammata Antiquae Urbis*, que pertenceu a Francisco de Holanda (1517-1584), que a anotou e até 'ilustrou' com esboços, tendo-lhe despertado, aliás, tanta curiosidade que não resistiu a ir ver *in loco* os monumentos aí descritos (viagem a Roma de 1538 a 1540). Acontece, porém, que desse exemplar constam também anotações de André de Resende! Coube, pois, a Sylvie Deswarte-Rosa ver e mui cuidadosa e eruditamente interpretar.

Começa a Autora por historiar, nesse âmbito, o lendário vaticínio de Sibila acerca

do encontro entre o Oriente e o Ocidente, que, tendo sido «descoberto» no reinado de D. Manuel I, de pronto foi relacionado com a descoberta do caminho marítimo para a Índia: Vasco da Gama teria concretizado, pois, a sibilina profecia!

Sylvie Deswarte-Rosa debruça-se depois (pp. 84-120) sobre as múltiplas informações de índole epigráfica constantes do volume de epigrafia latina que tem, na sala dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, a cota Res. 1000. Anota o que se diz acerca da célebre inscrição do *auriga Diocles*, vencedor de inúmeras corridas em Roma (pp. 102-103); refere-se ao *horologium* de Augusto (pp. 103-104), à coluna de Trajano (pp. 117-118). O capítulo 3 desta erudita contribuição de Sylvie Deswarte-Rosa tem por título «Épigraphie antique et poésie. Des *Epigrammata Antiquae Urbis* au *Laocoon* et à *Aphrodite* et *Eros*» (pp. 120-127). 8 páginas de bibliografia documentam o trabalho dispendido e, de modo especial, o interesse que esta temática tem merecido à autora.

O artigo «*Ad Antiquitates Vestigandas*. Destinos e itinerários antiquaristas nos campos olisiponenses ocidentais desde inícios a meados do século XVI» documenta, mais uma vez, as características do minucioso investigador que é José Cardim Ribeiro (recordarei que o seu artigo «Estudos histórico-epigráficos em torno de figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*» ocupa as pp. 151 a 476 (!) da revista *Sintria*, 1-2, 1982-1983.): o seu texto com esse título ocupa as páginas 135 a 249, ou seja, não é um mero artigo, poderia ser... uma dissertação de mestrado!

Responsável pelo Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, o Autor analisa miudamente os referidos itinerários reflectidos no *Anonymus Neapolitanus* e no *Codex Valentinus*, procurando esclarecer questões de autoria, cronologia e contexto. Dá, naturalmente, particular ênfase ao santuário ao Sol e à Lua, sito no Alto da Vigia, sobranceiro à foz do rio de Colares, cujas escavações ele

próprio dirige e donde se estão a recolher fragmentos de epígrafes deveras significativos e que vão enriquecer a já notável colecção epigráfica do museu, que também aqui analisa.

Mais de cem densas páginas constituem, é bem de ver, mormente para quem conhece o autor, um repositório enorme de informação, em que — como também é seu hábito — se apontam novas leituras de epígrafes há muito lidas diversamente e, com argumentos baseados na observação atenta dos manuscritos, se propõem itinerários.

Um texto a dissecar com toda a atenção, porque Cardim Ribeiro vai discutindo (mormente nas notas) leituras e interpretações de muitas epígrafes, bem como outros aspectos da ciência epigráfica e procura meticulosamente levantar todas as questões. Não é possível, no contexto de uma recensão, fazer-se eco, como se compreende, dessas inovadoras sugestões. Sirva-nos, porém, como exemplo, a nota 58 (pp. 175-176), onde se dá a conhecer uma árula votiva até agora inédita. Provém da zona de Baútas, arredores de Queluz (freguesia do concelho de Sintra), está exposta no Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, onde tem como n.º de inventário PB/LR/03/1. Diz o seguinte, segundo Cardim Ribeiro:

VLIAE DEAE / O(*ptime*) · M(*erito*) · CHY/
LIA GEMI/NA · A(*nimo*) · L(*ibens*) · /⁵
V(*otum*) · S(*olvit*)

Acrescenta:

«Na sua aparente simplicidade esta inscrição apresenta problemas de índole paleográfica e de interpretação, merecendo um estudo monográfico que ora não tencionarmos sequer iniciar. Limitamo-nos a chamar a atenção para estoutro texto em que vemos «VLIAE» como um gentilício, entendendo pois VLIAE DEAE como «à deusa de Ulia» — ou seja, à *iuno* desta mulher — voto cumprido por uma pessoa que cremos de extracto servil, denominada através de dois *cognomi-*

na: o primeiro grecizante, *Chylia* (latinização de χυλος [...]), e o segundo latino, *Gemina*».

Tece, de seguida, considerações de ordem paleográfica, chegando a pôr a hipótese de se interpretar «(em favor de *Ulia*, à Deusa)» e esclarece que a sua opção lhe foi sugerida pela leitura de *Ulia Avita* (CIL II, 5010), onde se tem reconstituído o *i* inicial do mais corrente gentílico, *Iulia*, reconstituição de que discorda.

Creio ser um bom exemplo do que significa o que atrás escrevia: minuciosamente, Cardim Ribeiro explora todas as questões. Eu, neste caso, seria muito mais singelo e não faria objecções: para mim, a deusa é *Ulia*, à qual são dados os epítetos comuns (diria, «roubados a Júpiter») *Optimae Maximae*. E em *Chylia*, mau grado a ocorrência de *Chelia* como *cognomen* masculino e feminino (Cf. <http://www.manfredclauss.de/gbl/>, s.v. «*Chelia*»), eu veria facilmente um *nomen*, dado o aspecto erudito que a árula ostenta pela junção de *Optimae Maximae* a uma divindade mui provavelmente indígena. Por outro lado, em meu entender, a falta do *I* inicial em *Iulia* (CIL II, 5010) é perfeitamente compreensível, ao verificar-se que a palavra está no começo da linha, facilmente sofrendo a pedra fractura pelo corte do *I*, como tantas vezes acontece. Assim, a minha interpretação é a seguinte:

VLIAE DEAE / O(*ptimae*) · M(*aximae*) ·
CHY/LIA GEMI/NA · A(*nimo*) · L(*ibens*) ·
/ s V(*otum*) · S(*olvit*)

«À deusa Úlia Óptima Máxima. Quília
Gémina cumpriu o voto de livre vontade».

Gerard González Germain assina o texto «La síloge de Alfonso Tavera en los mss. Val. Lat. 6039, Barb. Lat. 1871 y en un ejemplar anotado de *Apianus* (con una nota sobre las inscripciones de Alcántara copiadas por Resende)» (pp. 251-274). Essa «síloge» (A palavra síloge não vem registada nos dicionários de Língua Portuguesa, mas é bastante usada em títulos de obras latinas (v.

g., o nome desta revista: *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*), ainda que também não figure em dicionários de Latim. Detém o significado de ‘compêndio’ ou ‘resumo’ e ainda não fora estudada.

No fundo, passou-se o seguinte: o humanista borgonhês Jean Matal (c. 1517-1597), que adoptou o nome literário de *Johannes Matalius Metellus Sequanus*, interessadíssimo pela documentação antiga que encontrou em Roma, onde permaneceu, muito provavelmente, entre 1545 e 1551, procurou reunir essa documentação, debruçando-se, de modo especial, sobre a que tratava de epígrafes. Assim, os seus manuscritos «dão conta do labor epigráfico de sete humanistas na Península Ibérica» (p. 252), entre os quais se inclui Alfonso Tavera. Tavera seleccionara de um manuscrito 47 inscrições dadas como procedentes da Hispânia, que Gerard González sistematiza em apêndice (pp. 269-271) com as respectivas equivalências. A investigação maior foi tentar relacionar esses dados com o labiríntico pulular de transcrições dessa época, onde nem sempre se distinguia o autêntico do inventado. Particular atenção é dada à inscrição CIL II, 761, que, segundo González Germain, como vem no *Anonymus Taurinensis*, reproduzirá a leitura, até agora desconhecida, realizada por André de Resende, que terá visitado a ponte antes de 1550 e tentado ler — se bem se entende — o texto, já muito maltratado pelo tempo, que encimava o pequeno templo existente do lado oriental da ponte, que traria a célebre «dedicatória» «*amico Curio Lacone Igaeditano*» (Recorde-se que Helena Gimeno Pascual demonstrou não ser autêntica essa epígrafe: «La inscripción del dintel del templo de Alcántara (CIL II, 761): Una perspectiva diferente», *Epigraphica* LVII, 1995, pp. 87-145.)

Ginette Vagenheim, da Universidade de Ruão, faz, por seu turno, um apanhado da *peregrinatio epigraphica per totam Peninsulam Ibericam*, levada a efeito nos anos de 1564 e 1565 por *Carolus Clusius*, à luz do manus-

critico de La Haye, existente na Koninklijke Bibliotheek, ou seja, a Biblioteca Nacional holandesa, em Haia (pp. 275-290). Charles de l'Écluse (1526-1609) foi um botânico e também se interessou por copiar inscrições antigas. Perdeu-se parte desse manancial porque, no século XVIII, *Christophorus Saxius* o reduziu a fichas e, por conseguinte, do original apenas algumas folhas subsistem. Mereceu-me particular interesse o que se dizia acerca de *IRCP 185* (*IRCP* = ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. — *Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra 1984. [O número indica o número da inscrição no catálogo]. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/578>), a homenagem prestada a *Cornelius Bocchus* pela *colonia Scallabitana* (pp. 282-283), na expectativa de vir a conhecer o contexto original do monumento; confirma-se que a tradição aponta para o seu achamento em Alcácer do Sal: «*apparent adhuc ruinae veteres et marmora, quorum unum hanc inscriptionem habet*» — e transcreve-se o texto, não na totalidade. Ou seja, na circunstância, a placa estava inserida num contexto arqueológico preciso de «velhas ruínas e mármore». E é este o primeiro testemunho do monumento, o que lhe confere valor excepcional.

Também o texto que publiquei em *IRCP 242* vem mencionado (p. 283); contudo, o esboço nada permite acrescentar o que até agora se sabe, porque traz: *RIAE · PONT / FLAM.PACIS IVLIAE*, dando a ideia de que é o final da epígrafe, se entendermos por moldura as três linhas paralelas inferiores.

Lucio Benedetti, da Universidade de La Sapienza (Roma), é o autor que se segue, debruçando-se sobre os «*tacuinii epigraphici*» de Lukas Holste (1596-1661), existentes na biblioteca universitária de Dresda (pp. 291-318). Trata-se de três pequenos códices, com apontamentos de viagens, onde a referência a monumentos epigráficos está bem presente, o que permite fazer a comparação com o que tem sido publicado e o que então ele

compilou. Lucio Benedetti teve o cuidado de sintetizar em tabelas, no apêndice, os dados que lograra obter.

Uma das questões que se tem colocado é saber a proveniência do pedestal dedicado a Agripina pela *civitas Aruccitana*, encontrado em reaproveitamento num edifício de Moura (*CIL* II, 963). Esse, um dos temas abordados por Joan Carbonell Manils e Helena Gimeno Pascual no texto «Epígrafes entre Moura, Aroche y Santiago de Compostela. A propósito de *CIL* II, 963, 2548 y 2549» (pp. 319-341).

Os autores estudam pormenorizadamente a tradição manuscrita desde finais do século XV, não esquecendo o contexto histórico a que esteve sujeita essa zona fronteiriça luso-espanhola a partir da época visigótica até ao século XVI. Começam por considerar que a pedra mui possivelmente foi cortada do lado direito, onde, por conseguinte, haveria mais umas três letras em cada linha: [AVG(ustae)], na l. 1; GERMAN[ICI], na l. 2; e «una fórmula del tipo *d(edit) d(edicavit)* o similar», no final. Não vejo necessidade dessa fórmula, que facilmente se poderia subentender; contudo, não ponho qualquer objecção à sua eventual existência. Os autores concordam (nota 4) com os argumentos que aduzi para considerar a dedicatória como homenagem a *Agrippina Maior*, o que me compraz sublinhar. E concluem que, de facto, o pedestal já na época romana estaria em Moura e que as hesitações políticas de um lado e doutro — de Portugal e de Espanha —, as habituais guerrilhas fronteiriças, poderão contribuir, ao longo dos tempos, para se gerarem algumas confusões.

Há, no entanto, uma hipótese nova que não deixa de ter a sua razão de ser e que deverá, doravante, ser tida em conta: não há nenhuma dúvida de que a homenagem foi prestada pela *civitas Aruccitana*; contudo, o conceito de *civitas* pode englobar as diversas *gentes* ou *populi* que a constituíam, «cujo centro administrativo podia estar — porque não? — em *Arucci* (San Mamés)». E aduzem

como paralelos o que aconteceu em relação à ponte de Chaves «onde se mencionam dez *civitates*» ou o caso dos *populi* referidos na inscrição da ponte de Alcântara como dedicantes desse «grande pedestal a Trajano, isto é, o arco». Aliás, acrescentam, não pode esquecer-se que precisamente a «pouca distância de Moura também se passava a vau o Guadiana», o que mui oportunamente leva a colocar a seguinte questão:

«Terá havido obras de infra-estrutura viária, de que não temos conhecimento, mas que acarretariam benefício às distintas gentes que pertenciam à *civitas Aruccitanorum*? Desse modo, três rios do Ocidente peninsular — o Tâmega, o Tejo e o Guadiana — graças, seguramente, a intervenções públicas, puderam melhorar o trânsito e a comunicação entre *gentes* de habitat disperso. Temos pontes, nos dois primeiros casos; quanto ao que se terá passado em Moura, nada sabemos» (p. 337).

É uma perspectiva aliciante, sem dúvida. Caso, no entanto, essa tivesse sido a realidade, creio não dever esquecer-se o objectivo político que assinei («Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico», em *Conimbriga* 28, 1989, pp. 157-167 (sobretudo, pp. 165-166), <http://hdl.handle.net/10316/28708>) e que, a meu ver, continua a ter pleno cabimento: a inserção desta homenagem no plano gizado por Calígula, de exaltação familiar, pois o imperador se pretende apresentar como um novo Augusto e não é inocentemente que, nesta epígrafe, Agripina é apresentada como *Aug(usti) n(eptis)*, justamente para assinalar essa continuidade.

Registe-se, por fim, que a análise documental efectuada por Joan Carbonell Manils e Helena Gimeno Pascual serviu «también para aumentar la presencia de epigrafía mourense com los perdidos *CIL* II, 2548 y 2549» (p. 337), pois que a inscrição a Agripina é dada pela documentação como guardada «en una iglesia dedicada a Santiago de la misma villa», igreja de que, em 2012, em Moura,

«se descubrieron restos [...] en el interior del castillo junto a la puerta de la alcazaba, corroborando las noticias transmitidas por los textos de los siglos XIV y XVI sobre su existencia» (pp. 330-331). Ora, de imediato houve autores que, desconhecendo-se o paradeiro dessas epígrafes, não hesitaram em relacioná-las com Santiago... de Compostela! Como tal são, pois, publicadas no mais recente *corpus* das inscrições de Santiago (G. PEREIRA MENAUT, *Corpus de Inscripciones Romanas de Galicia. I- Provincia de A Coruña*, Santiago de Compostela, 1991, n° 46, p. 127 [*CIL* II, 2548] e n° 49, p. 135 [*CIL* II, 2549]) e, para que constem daqui em diante no repertório de Moura, vou transcrevê-las aqui com as versões que se me afiguram mais plausíveis, porque, repete-se, ambas as epígrafes estão perdidas e há agora que as procurar em... Moura!

CIL II, 2548: D(is) M(anibus) / ACILIA MODESTA M(odesti) F(ilia) / MODESTO PATRI PIEN(tissimo) / H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis)

CIL II, 2549: D(is) M(anibus) S(acrum) / NVMERIVS VITALIONIS / NVMERIAE VITALIAE VX(ori) / B(ene)M(erenti) F(ecit) H(ic) S(ita) E(st) S(it) / T(ibi) T(erra) L(evis)

Conclusão: em relação a epígrafes hoje desaparecidas é imprescindível a consulta aos manuscritos dos viajantes que as copiaram, porque sempre haverá um ou outro pormenor elucidativo ou que, pelo menos, nos obriga a repensar a questão; em relação às epígrafes de paradeiro conhecido, o manuscrito poderá esclarecer-nos acerca do local de achado ou, de modo especial, o local onde a viu e copiou.

O volume termina com a contribuição de Jesús Salas Álvarez, da Universidad Complutense de Madrid, que traça (pp. 343-358) uma retrospectiva do interesse que a Real Academia Sevillana de Buenas Letras (criada em 1751) dedicou, nomeadamente nessa se-

Recensions

gunda metade do século XVIII, à História e à Arqueologia da Bética. Muitas das «dissertações» apresentadas nas sessões da Academia versam a antiguidade das cidades béticas e os monumentos antigos que subsistiam, entre os quais, naturalmente, os de âmbito epigráfico e numismático.

Nem todas as questões ficaram resolvidas; mas a maior parte delas foram equacionadas

e o resultado do trabalho meticulosamente levado a efeito pelos investigadores que, nesta obra, o puseram ao nosso dispor merece uma leitura atenta e o maior aplauso, inclusive pela reflexão que nos obriga a fazer.

Congratulo-me vivamente com a sua publicação!

José d'Encarnação